https://doi.org/10.22409/abriluff.v18i36.68647

PORTUGAL COMO ESPAÇO DE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS EM *A GERAÇÃO DA UTOPIA*, DE PEPETELA

PORTUGAL AS SPACE OF RUPTURES AND CONTINUITIES IN *A GERAÇÃO DA UTOPIA*, BY PEPETELA

Justine Prinstrop[1]

RESUMO

Este artigo pretende analisar as relações entre **A Geração da Utopia**, de Pepetela, e a Revolução dos Cravos, em Portugal. A obra acompanha a trajetória de quatro angolanos ao decorrer de trinta anos na História (1961 a 1991), que têm suas vidas permeadas pelo aspecto revolucionário em todas as instâncias. As representações presentes na obra convergem para a compreensão da História através da Literatura, apresentando a indissociabilidade entre a história de Portugal e a de Angola. A Revolução dos Cravos representa um ponto de inflexão na narrativa, simbolizando o colapso do regime salazarista e a possibilidade de consolidação das independências africanas. Na obra, esse momento histórico é retratado como uma ressignificação do domínio e da exploração da população angolana; pois, ao mesmo tempo em que auxilia na independência, também expõe as contradições internas do novo poder revolucionário. A Revolução dos Cravos, assim, é a chave para entender os percursos de rupturas e permanências na obra.

PALAVRAS-CHAVE: **A Geração da Utopia**. Angola. Portugal. Revolução dos Cravos.

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship between **A Geração da Utopia** by Pepetela, and the Carnation Revolution in Portugal. The novel follows the trajectory of four Angolans over thirty years of history (1961 to 1991), whose lives are marked by revolutionary experiences in all spheres. The representations in the novel contribute to the understanding of History through Literature, revealing the inseparability of the histories of Portugal and Angola. The Carnation Revolution represents a turning point in the narrative, symbolizing the collapse of the Salazarist regime and the possibility of consolidating African independences. In the novel, this historical moment is portrayed as a redefinition of domination and exploitation of the Angolan people; while it supports the path to independence, it also reveals the internal contradictions of the new revolutionary power. Thus, the Carnation Revolution is key to understanding the paths of rupture and continuity throughout the novel.

KEYWORDS: **A Geração da Utopia**. Angola. Portugal. Carnation Revolution.

A queda do regime salazarista em abril de 1974 foi um dos principais eventos do século XX e, mais do que mudanças nos âmbitos sociais e culturais, a Revolução de Abril operou transformações nas mentalidades, afetando diretamente a compreensão dos sujeitos a respeito de seu papel na História e rearticulando relações de poder. Nas colônias portuguesas, muito antes já se ensaiavam projetos de libertação, principalmente através da atuação das elites intelectuais que viviam na metrópole, como é o caso de Agostinho Neto e Amílcar Cabral. A produção literária que emerge neste contexto traz à tona questões de memória e de denúncia, enfocando a complexidade das identidades pós-coloniais, tornando-se um espaço de confronto entre as diferentes maneiras de compreender a liberdade e revelando rupturas e continuidades no processo histórico, como o fim oficial do colonialismo através da independência e sua permanência através das elites nacionalistas.

O autor angolano Pepetela é um dos principais porta-vozes destas dualidades na formação identitária do indivíduo colonizado. Nascido em Benguela, em 1941, Pepetela foi guerrilheiro do MPLA e também integrou o governo revolucionário angolano depois da independência de Angola em 1975. O autor transformou sua experiência pessoal no Movimento em narrativas literárias que fornecem ao leitor um amplo panorama acerca da questão nacional e de suas contradições inerentes. O romance que será analisado neste artigo é **A Geração da Utopia** (1992), publicado doze anos após **Mayombe** (1980), e contempla em sua narrativa trinta anos da história de Angola, mostrando o período embrionário da luta pela independência com as elites intelectuais em Lisboa, passando pela luta armada em si e apresentando as décadas após a independência, evidenciando o enraizamento do colonialismo na mentalidade dos colonizados e a dificuldade em desvencilhar-se deste passado.

O romance acompanha a trajetória dos personagens centrais — Sara, Malongo, Aníbal e Vítor Ramos — que, formados nas universidades de Lisboa, integrantes da CEI — Casa dos Estudantes do Império —, retornaram a Angola portando ideais revolucionários moldados através de paradigmas ocidentais. Essa formação intelectual europeia, embora crucial para o processo de independência, revelou-se como um dos principais desafios pós-coloniais, pois não sustentou em seu discurso a realidade das nações recém formadas, marcadas por contradições internas, questões étnicas e ideológicas.

Essas tensões são apresentadas no capítulo inicial da obra, "A Casa", ambientado em Lisboa em 1961. As consequências desse processo estão elencadas no capítulo "A Chana", que narra o período da luta armada em Angola, em que os movimentos de libertação nacional empreenderam resistência à ocupação portuguesa e situa-se dois anos antes da consolidação da Revolução de Abril em Portugal. Nos capítulos finais, "O Polvo" (1982) e "O Templo" (1992), todas as fissuras oriundas dos séculos de exploração estrangeira e da impossibilidade de unidade étnica e ideológica entre os grupos que estiveram à frente do processo de libertação nacional são escancaradas por Pepetela.

A proposta do autor não é um registro documental da História, mas de uma intervenção crítica na memória coletiva angolana. Conforme apontado por Rothwell (2007), a trajetória de Pepetela é marcada por uma relação simbiótica e tensa com o MPLA, por isso sua perspectiva é permeada por subjetividades, ao mesmo tempo em que explora internamente as contradições do Movimento. Para apresentar essas ambiguidades, o autor recorre à polifonia (Bakhtin, 2013), colocando sob a ótica de seus personagens os medos e as esperanças da nação angolana, ou seja, não há uma verdade única sobre a revolução, mas sim debates e disputas entre os personagens. Todos os capítulos possuem narradores diferentes, possuindo uma visão mais ampla do processo revolucionário e essa técnica narrativa é fundamental, pois rompe com a autoridade de um discurso único, permitindo que tensões, dúvidas e desilusões de diferentes estratos da sociedade venham à tona.

"A CASA" (1961) E "A CHANA" (1972): AS ESTRUTURAS DO PODER ÀS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL

A Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, fundada em 1944, foi criada para atuar como um instrumento de dominação salazarista, uma vez que propunha uma aproximação entre os estudantes das colônias e o governo, atuando como centro difusor do aparato ideológico do Estado Novo. No entanto, a instituição acabou exercendo função contrária à sua proposta inicial de despertar o sentimento de "portugalidade" nos jovens africanos e de conferir legitimidade ao discurso e à mentalidade colonial do regime, tornando-se um dos principais focos da luta anticolonial em Portugal, subvertendo a sua origem.

O tempo narrativo é 1961, ano que dá início ao processo de derrocada do império colonial português. Nesse capítulo, o narrador serve-se da perspectiva de Sara — angolana, branca, criada em uma família com valores burgueses — para evidenciar as barreiras que foram acentuadas com o deslocamento dos jovens intelectuais das colônias para o centro do império português. Ela é a personagem que mais corporifica essa dissonância, mesmo que seja branca e, "portanto, considerada à partida uma boa portuguesa" (Pepetela, 2000, p. 10), é ela quem mais sente o fosso que vai se ampliando culturalmente em relação aos portugueses.

A escolha de Sara, uma mulher branca, como ponto focal deste capítulo é uma decisão narrativa complexa e deliberada de Pepetela. Sua posição como "quase portuguesa", mas não totalmente aceita a coloca em um espaço liminar, um entrelugar (Bhabha, 1998). É a partir dessa ambiguidade que sua perspectiva se torna tão potente, no entanto, que a dissonância de Sara, embora real, é diretamente filtrada pelo seu privilégio racial, ou seja, ela observa o racismo, mas não o sente da mesma forma que os estudantes negros. Essa focalização do autor não é utilizada para apagar outras experiências, mas para mostrar as diferentes facetas de um mesmo processo.

Devido a essas questões, a compreensão de Sara a respeito da luta armada, de Lisboa e do próprio regime salazarista é assertiva e apresenta elementos que tratam não apenas das mentalidades, mas também dos próprios pilares do salazarismo. O ar taciturno atribuído por ela ao Estado Novo fica evidente em suas primeiras falas: "'Povo triste', pensou Sara. É do regime ou é essência da gente? Não vamos também culpar o salazarismo de tudo. O próprio Salazar já era tristonho, cinzento, antes de criar o seu cinzento regime" (Pepetela, 2000, p. 9).

Salazar utilizou instrumentos bastante específicos para dar legitimidade ao seu governo. Seu discurso ideológico e propagandista manteve-se estável por anos, mesmo com crises institucionais constantes, resultando no que Rosas (2001) pontuou como uma junção entre valores nacionalistas, católicos e conservadores com influências radicais e fascizantes originárias da guerra civil espanhola. De acordo com Anderson (1966), foram quatro os principais elementos de manutenção desse discurso legitimador e que alicerçaram a ditadura salazarista: o corporativismo (1), o aparelho repressivo (2), a influência da Igreja Católica (3) e os mitos ideológicos (4).

1) Para Sara, o Estado Novo salazarista era um "regime de eclesiásticos e militares graves, o que convém para um povo de camponeses com pouca terra" (Pepetela, 2000, p. 9-10). Essa assertiva condiz com o primeiro dos alicerces: o corporativismo, considerando que Portugal sempre foi um país com recursos escassos e por isso compensava sua infraestrutura frágil, de país subdesenvolvido, com suas colônias. Por esse motivo, o país foi uma potência imperial desde os tempos das grandes navegações, o que é visível através da análise do número de colônias que, em meados do século XX, Portugal ainda possuía na África. Isso também ilustra o porquê de aquele país

empreender tamanho esforço para manter suas colônias. No entanto, a sua economia sempre foi a de um país subdesenvolvido, isso pode ser explicado devido ao seu arcaísmo econômico, que refletiu diretamente na sociedade, possibilitando a consolidação de oligarquias que detinham o total controle da economia através de corporações, como os Sotto Mayor, os Pinto Basto e os Tenreiro, denominados também de "carteis" portugueses (Anderson, 1966).

2) O forte aparato de segurança criado por Salazar consistia em diferentes destacamentos militares que visavam a repressão, a censura e a manutenção da ordem. Havia pelo menos quatro corporações armadas diferentes, tanto políticas quanto policiais: a polícia de segurança civil (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Legião Portuguesa e a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

A ação desses destacamentos é representada na obra através da perseguição política que os membros da CEI sofriam constantemente. A PIDE é representada por indivíduos disfarçados que ficavam em locais estratégicos e que faziam as pautas das conversas serem alteradas, realizando inquéritos e perseguindo, principalmente, os estudantes das colônias. Com diversas menções nesse primeiro capítulo, a PIDE exercia funções investigativas, analisando bibliotecas, ouvindo palestras e lendo trabalhos acadêmicos para fiscalizar a atuação dos colonizados na metrópole, até mesmo dentro do exército.

A Guarda Nacional Republicana também é mencionada, debelando manifestações e confrontando os participantes. O evento narrado no livro é uma marcha em comemoração ao 1º de Maio, em que Sara estava participando. Os manifestantes entoavam coros como "Viva o 1º de Maio" e "Abaixo o Fascismo", mas a atuação da Guarda Nacional intensificou-se violentamente depois de alguém gritar "Independência às Colônias!". Este momento proporciona uma das reflexões pontuais de Sara a respeito do cerne ideológico do Estado Novo: "gritar Abaixo o Fascismo não era provocação e Independência às Colônias era? Não se tratava da mesma luta?" (Pepetela, 2000, p. 34). Esta mudança nas palavras de ordem da manifestação apresenta uma ruptura, enfatizando a ideia de que o processo revolucionário não estava apenas focado em derrubar Salazar, mas também em confrontar o colonialismo como estrutura de dominação sistêmica.

3) Desde os primórdios da colonização portuguesa, a Igreja Católica serviu como instrumento de dominação e de poder. A América portuguesa e as missões jesuíticas são um exemplo disso. Essa tradição teve continuidade durante o Estado Novo, em que a aliança entre Salazar e a Igreja Católica reforçava-se constantemente através da evocação das "epopeias" da expansão marítima portuguesa.

4) Por fim, há que se falar dos mitos ideológicos que foram desenvolvidos através de um discurso propagandístico, que fundamentava o *establishment* do Estado português. Para Rosas (2001) a ideia era estabelecer a consciência de uma "essencialidade portuguesa", vinculada ao destino

providencial nacional. Após assumir o poder em 1926, Salazar incorporou a noção de que havia interrompido a decadência nacional vinculada ao liberalismo e tratou de criar um perfil do lusitano vinculado à sua inocência e à sua pureza. Esse aspecto identitário é abordado por Pepetela em "A Casa", em que os negros são constantemente apontados como malandros e indecentes em oposição à ingenuidade portuguesa.

O corporativismo, o aparelho repressivo, a Igreja Católica e os mitos ideológicos foram os principais alicerces da manutenção do Estado forte e autoritário em Portugal, que demonstrava grande apego às suas colônias ultramarinas, e que, devido à visão romanceada do "destino histórico português", ficou à parte das transformações ocorridas no mundo, inclusive utilizando como bordão nacional a frase "orgulhosamente sós" (Serrano & Munanga, 2010), o que escancarou a postura de isolamento adotada pelo país. Contudo, essa tentativa de neutralidade não surtiu efeitos positivos e, a partir de 1950, a pressão da comunidade internacional contra a política colonialista portuguesa se intensificou drasticamente.

Na sequência da obra, o capítulo "A Chana" se passa em 1972 e narra a luta armada. Os dois personagens centrais são o Sábio e Mundial (codinomes de Aníbal e Vítor Ramos, respectivamente), ambos representam facetas opostas do movimento revolucionário; o primeiro vinculado à Frente Norte; o outro, à Frente Leste. Aníbal é a representação da gênese do projeto, que colocava a população como prioridade. Vítor Ramos representa o corrompimento do processo revolucionário. Rothwell (2007) aponta que essa tensão entre Sábio e Mundial simboliza a transição de um movimento de libertação idealizado para uma estrutura pragmática e, por vezes, autoritária, onde o indivíduo é sacrificado em prol de uma coletividade cada vez mais abstrata.

As frentes de libertação angolanas apresentavam sinais de discordância e de debilidade, mas a metrópole lusitana apresentava-se mais prejudicada ainda. Após a morte de Salazar, em 1970, e durante o governo de seu sucessor, Marcello Caetano, estima-se que as guerras coloniais absorveram cerca de metade do orçamento anual nacional (Chanaiwa, 2010). Isso levou a burguesia monopolista a adquirir uma postura crítica contra as guerras e a unir-se com grupos que tinham o fim do colonialismo como interesse comum: setores da elite militar que acreditavam que a questão colonial deveria ser resolvida através da ação política e não através da ação militar; e ex-aliados de Portugal na OTAN, que viam a resistência do país como uma ameaça aos seus interesses estratégicos no bloco ocidental (Freixo, 2018).

Essa persistência na manutenção do conflito, mesmo diante do colapso econômico, também pode ser lida à luz da necropolítica (Mbembe, 2018), partindo da ideia de que o poder soberano nas colônias manifesta-se primordialmente como a capacidade de ditar quem devia morrer ou não, transformando o território colonial em um espaço de exceção permanente. O regime salazarista operava sob essa lógica de "política da morte", onde a preservação do império justificava o sacrifício sistemático de corpos africanos e, gradualmente, da própria juventude metropolitana enviada para o *front*.

A atuação de Marcello Caetano vinculada ao aparelho estatal herdado de Salazar acabou desagradando tanto os setores liberais quanto os setores mais à direita. O ano de 1972, ano da narrativa do capítulo, foi marcado pela resolução aprovada pelas Nações Unidas declarando apoio aos movimentos de libertação nacional na África. Acrescenta-se a esse cenário de tensão internacional o fato de que, internamente, Portugal também vivia uma situação caótica com o desencadeamento de ações guerrilheiras urbanas e a efervescência do movimento grevista e, consequentemente, com o aumento da repressão. Alguns setores da Igreja Católica também foram perseguidos, principalmente aqueles que prestavam auxílio a presos políticos ou a desertores das Forças Armadas. Essa repressão interna é um desdobramento da soberania necropolítica, que não se limitava às colônias, mas refluía para a metrópole ao tentar aniquilar qualquer forma de dissidência que ameaçasse a continuidade do projeto colonial.

Não há menção ao processo revolucionário de abril em "A Chana", visto que, no recorte temporal do capítulo, a Revolução dos Cravos ainda não tinha acontecido. De acordo com Mazrui (2010), o nacionalismo africano empreendido nas colônias foi decisivo para a aceleração do desmonte do salazarismo. Rothwell (2007) reforça essa perspectiva ao argumentar que a literatura de resistência, como a de Pepetela, atuou como um arquivo da memória traumática que expôs as feridas abertas pela colonização, servindo como um motor simbólico para a desconstrução do mito do lusotropicalismo e para a eventual queda do regime ditatorial.

No entanto, o capítulo serve como panorama para compreender a violência empreendida pelas tropas portuguesas durante o processo revolucionário. As armas químicas e as armas de fogo são alguns dos artefatos mencionados, mas o instrumento mais comum e mais letal estava relacionado às técnicas de terra arrasada:

> As ofensivas inimigas tinham despovoado os kimbos. Os helicópteros despejavam bombas, metralha, e homens treinados para matar. Os campos de milho e massango, as lavras de mandioca, as hortas, tudo tinha sido devastado, ou pelos desfoliantes lançados dos aviões ou por homens raivosos que arrancavam as plantas da terra. [...] (Pepetela, 2000, p. 146).

O trecho apresenta apenas algumas das muitas formas de violência empregadas pelo colonizador. É interessante ressaltar a perspectiva de Fanon (2021) a respeito das diferenças entre a violência empregada nas sociedades ocidentais/capitalistas, por parte de seus governos, e a violência empregada pelos mesmos governos em suas colônias. A primeira representa uma violência já institucionalizada e legitimada, que se confunde com os valores burgueses, pois compila "as formas estéticas do respeito pela ordem estabelecida" (Fanon, 2021, p. 42). A segunda é a violência empregada contra as populações marginalizadas, através de políticas de extermínio e de subserviência. Essas duas violências se antagonizam, colocando em foco novamente o abismo que existia entre metrópole e colônia. Se para Fanon

(2021) a violência colonial é o motor da desumanização, para Mbembe (2018) ela se manifesta como a expressão máxima da soberania através da necropolítica. A devastação dos *kimbos* e plantações não é apenas um efeito colateral da guerra, mas uma tecnologia de controle através da destruição das bases materiais de subsistência, em que o aparato colonial não só busca a vitória militar como também utiliza a morte como ferramenta política.

As mudanças apresentadas no capítulo "A Chana" não são apenas de ordem histórica, como a consolidação da luta armada, as tensões internacionais e os conflitos entre as Frentes do MPLA, mas também são de ordem narrativa, uma vez que a própria narração discursiva é alterada, migrando para a perspectiva de Vítor Ramos e propiciando novamente uma análise vinculada à polifonia. A travessia de Vítor pela chana representa sua ascensão dentro do partido, levando-o a ocupar um cargo de ministro no pós-independência. Sua chegada até a Zâmbia é um divisor de águas, como se significasse o seu caminho até a glória: "o passado fora enterrado na areia da chana e mesmo as promessas e os ideais coletivos. O que importava agora era o que iria encontrar na penugem azulada do futuro, o seu futuro" (Pepetela, 2000, p. 221).

"O POLVO" (ABRIL DE 1982) E "O TEMPLO" (A PARTIR DE 1991): RECONFIGURAÇÃO DO PODER E CRISE DO PROJETO REVOLUCIONÁRIO

Assumindo o papel de narrador do capítulo e desiludido com os rumos tomados pela revolução após a independência em Angola, no capítulo "O Polvo", o personagem de Aníbal desvencilhou-se do MPLA e de qualquer elemento relacionado a ele. O capítulo narra seu autoexílio na praia da Caotinha em Benguela e sua fixação em matar um polvo que vive na Baía Azul. Seu isolamento representa o seu rompimento com a sociedade que se formou na aurora das independências, sua inconformidade com as agruras sofridas pela população angolana fez com que ele nutrisse um sentimento cada vez maior de rejeição ao Estado e ao Movimento:

> Pensávamos que íamos construir uma sociedade justa, sem diferenças, sem privilégios, sem perseguições, uma comunidade de interesses e pensamentos. E depois tudo se adulterou, tudo apodreceu, muito antes de se chegar ao poder. Quando as pessoas se aperceberam que mais cedo ou mais tarde era inevitável chegarem ao poder. (Pepetela, 2000, p. 40).

Essa é a fala de Aníbal que mais traduz o sentimento de desencanto que transpassa a obra, que, em toda a sua intertextualidade com a História, escancara a morte da utopia. A melancolia de Aníbal pode ser compreendida à luz do trauma das guerras de independência. Para Ribeiro (2004) a literatura pós-colonial funciona como uma tentativa de recomposição de um luto coletivo que a história oficial muitas vezes tenta silenciar. Aníbal está inserido nesse cenário de fragmentação, compelido a refletir sobre si mesmo

e sobre o todo. A melancolia que o acompanhou durante o seu isolamento é o resultado de um processo introspectivo e uma tentativa de resgatar o protagonismo de sua própria história — daí a metáfora do polvo, o animal desconhecido que habitava as profundezas e que precisava ser derrotado.

Não por coincidência, ao situar "O Polvo" em abril, Pepetela ancora sua narrativa no instante da virada simbólica, que, alguns anos antes, havia aberto as portas para a independência de Angola — a Revolução dos Cravos. Mais do que abalar as estruturas coloniais que sustentavam o domínio português sobre as colônias, a Revolução possibilitou alternativas para a concretização dos ideais revolucionários gestados desde os tempos da CEI. No entanto, após a Revolução de Abril, a agenda do processo revolucionário em curso ficou voltada às problemáticas internas, deixando a questão das independências das colônias em segundo plano.

O Acordo de Alvor foi assinado em 15 de janeiro de 1975, mas a independência total de Angola foi concedida somente em 11 de novembro do mesmo ano. Nesse intervalo de tempo, Portugal permaneceu à frente do governo e definiu a formação de uma coalizão entre as três forças em Angola, exercendo um governo conjunto de transição. Este acordo assinado entre Portugal e os movimentos nacionalistas não apresentava soluções a nenhum dos problemas fundamentais da colônia, limitando-se apenas a fixar a data da independência. O acordo era prolixo a respeito dos interesses de Portugal e estabeleceu um governo de transição pouco realista, eximindo-se de sua responsabilidade.

Aníbal, em meio às suas memórias, disseca o processo revolucionário, o Acordo de Alvor, a Revolução dos Cravos e reflete sobre as rupturas e permanências vivenciadas, pontuando que, mesmo após a independência e o estabelecimento de um governo nacional legítimo, as estruturas repressivas permaneceram. A própria figura do polvo elucida elementos referentes à máquina estatal predatória e carrega camadas semióticas que exigem uma microanálise textual precisa. O animal pode ser lido como representação do aparelho estatal angolano que, após a independência, mimetizou as estruturas predatórias do colonizador. Seus tentáculos simbolizam a onipresença de um Estado que tudo quer controlar, infiltrando-se na sociedade civil por meio do clientelismo e da corrupção sistêmica. A luta obsessiva de Aníbal contra o animal reflete o embate do indivíduo contra uma estrutura que devora a própria substância da utopia.

Embora o exílio de Aníbal represente seu descontentamento com os rumos tomados pelo processo revolucionário, ainda é possível identificar uma minúscula esperança em suas falas, principalmente quando trata dos "espíritos adormecidos do Leste". No entanto, o capítulo "O Templo", sepulta qualquer resquício de redenção ou de esperança revolucionária. O último capítulo da obra é a representação mais crua da condição distópica da sociedade angolana na década de 1990, contrastando de maneira brutal com a utopia dos tempos de "A Casa". O ambiente narrativo é Luanda, em

sua faceta mais cruel, a de grande centro urbano que comporta os contrastes das sociedades do Terceiro Mundo, colocando opulência e miséria sob o mesmo cenário, evidenciando a modernidade que emergiu sobre os valores do neoliberalismo (Chaves, 1999).

O tempo narrativo de "O Templo' é "a partir de 1991". Considerando que a primeira edição da obra é de 1992, esse capítulo apresenta o tempo presente do autor. O "tempo de paz" referido no livro diz respeito à assinatura dos Acordos de Bicesse, em 1990. O país estava se encaminhando para as suas primeiras eleições oficiais desde a tomada do poder pelo MPLA em 1975. Chaves (1999) trabalha com a ideia de sufocamento do narrador neste capítulo, que se funde com o personagem de Malongo — um respeitado *business man* que representa as elites pós-coloniais angolanas —, não dando conta de comportar a realidade narrada e trazendo ao leitor a sensação de que lhe falta fôlego.

Malongo representa um novo tipo de poder que se formou nessa nova sociedade e, junto de Vítor (na década de 90, dirigente do MPLA) e de Elias (fundador da "Igreja do Amor e da Esperança Dominus"), forma a tríade neocolonial, em que a exploração do povo angolano perpetua-se, só que sob a roupagem do neoliberalismo, da corrupção, do paternalismo do Estado e do charlatanismo religioso. Suas trajetórias fundem-se à narrativa literária para evidenciar a submissão das elites locais aos interesses mercantis inseridos no contexto da globalização. Malongo representa a burguesia angolana em ascensão, que não mede esforços para conquistar os seus objetivos. Pautas como a intervenção do Estado, a privatização dos serviços públicos e a acumulação de capital são pontos que toca constantemente em seus diálogos. Sua crítica mais intensa é em relação ao aparelho estatal, que ele classifica como um "monstro", advogando constantemente a favor do liberalismo, da meritocracia e da inferioridade da população pobre: "têm de aprender que o igualitarismo terminou, há sítios para uns e há sítios para outros, quem tem entra, quem não tem olha só e alimenta-se com a visão dos produtos" (Pepetela, 2000, p. 347). Ironicamente, sua riqueza foi construída através de relações paternalistas e de seu vínculo com o Estado, personificado na figura de Vítor Ramos, seu grande amigo.

O personagem de Vítor está relacionado à corrosão dos valores defendidos pelo MPLA em sua gênese. A mimetização do político que ele significa assimila-se à reprodução de um modelo político ocidental. Mesmo que represente a força do Estado, sua preocupação mais constante é a ideologia individualista, que subverte os ideais revolucionários que ele defendia nos tempos da CEI. Sua figura espelha o MPLA como um todo, que, impossibilitado de administrar as sucessivas crises, acabou por se afastar da proposta revolucionária e da defesa da soberania da nação angolana.

O último integrante da tríade neocolonial é Elias, que, nos tempos da CEI, advogava a favor da UPA e defendia o pensamento de Fanon, e que, no último capítulo do livro, é adepto da Igreja do Amor e da Esperança

Dominus, representando a ironia do processo de descolonização através do radicalismo travestido de sectarismo. O ano do capítulo é o mesmo ano de chegada da IURD — Igreja Universal do Reino de Deus em Angola, bem como de outras cinquenta instituições religiosas, que se instalaram inicialmente em Luanda.

Vítor, Malongo e Elias são representantes do período pós-revolução em Angola, que tiram proveito da condição de fragilidade da população, da ausência de certezas e de perspectivas em relação ao futuro, que passa a depositar sua fé no charlatanismo religioso, o qual faz uso de falsas promessas para tornar-se uma grande potência econômica e política. A tríade neocolonial formada por esses personagens impulsiona o sucesso da Igreja do Amor e da Esperança Dominus e alicerça sua hegemonia definitivamente.

> [...] Imagina o mercado mundial de almas à nossa disposição. Com as crises econômicas, com a perda da utopia da libertação política, com o fim do inimigo que estava do outro lado da guerra fria, com a dívida externa que tira qualquer hipótese de desenvolvimento aos nossos países, os jovens desempregados e sem instrução, a delinquência e insegurança galopantes, tudo isso leva as pessoas a verem a religião como única salvação (Pepetela, 2000, p. 342).

A consolidação dessa tríade e a exploração destes mercados revelam que o projeto de nação angolana não apenas se fragmentou, mas foi reconfigurado sob uma lógica de exclusão soberana. Como observa Rothwell (2007), a obra de Pepetela expõe o momento em que o Estado pós-colonial deixa de ser o motor da libertação para se tornar uma estrutura de autoridade que se valida pelo silenciamento das vozes dissidentes e pela manutenção de privilégios de classe. Essa dinâmica encontra seu ápice em Mbembe (2018), pontuando em Luanda a gestão da vida dando lugar à gestão da morte e do abandono, onde os elementos da tríade operam como tecnologias que, ao mesmo tempo que produzem riqueza para as elites, institucionalizam a precariedade como destino inevitável para a maioria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geração da Utopia fornece ao leitor um amplo panorama acerca das relações entre Portugal e Angola, abordando a complexidade da relação entre colonizador e colonizado. As representações apresentadas por Pepetela nesse romance histórico permitem a compreensão de Portugal como cenário de rupturas e de permanências que ecoaram profundamente na sociedade angolana. A perspectiva abordada situa o leitor na compreensão de que a descolonização angolana foi impulsionada pela Revolução dos Cravos, mas que não representou o fim do passado colonial, resultando em novas dinâmicas sociais, políticas e culturais em Angola, que estavam ancoradas no espectro do colonialismo, escancarando a corrupção e a negligência dos Estados nacionais formados nas auroras das independências.

As representações da obra acontecem principalmente através dos personagens centrais: Sara, Malongo, Aníbal e Vítor Ramos. Cada personagem analisado representa aspectos específicos dos pilares da sociedade angolana e eles são, tanto individual quanto coletivamente, construídos inicialmente dentro do Estado Novo salazarista. Os personagens incorporam suas características inseridos no imaginário da sociedade portuguesa, e suas personalidades são diretamente moldadas pelo autoritarismo, pela repressão e pelo conservadorismo tão presentes neste contexto. A CEI foi o espaço que permitiu esse encontro com a terra distante, essa fusão de memórias e de lembranças que foram tingidas pelo tom épico da utopia e da esperança de renovação através dos movimentos revolucionários. Havia um caráter de fortalecimento de consciência nacional na CEI, que proporcionou aos seus membros a reafirmação cultural e identitária angolana no centro do império português.

A metamorfose dos personagens se dá através da luta anticolonial, narrada em "A Chana', capítulo que evidencia as muitas identidades a serem comportadas dentro de uma única identidade nacional. Colocando o conflito entre os guerrilheiros do Norte e os guerrilheiros do Leste dentro do MPLA como panorama central, o autor apresenta como a corrosão dos valores utópicos aconteceu antes da consolidação da independência e como as fissuras nacionais marcadas por tribalismos e fronteiras étnicas não seriam facilmente comportadas por um projeto de nação abrangente.

"O Polvo', ambientado no emblemático mês de abril — que, segundo o epílogo do capítulo, não é apenas o mês da Revolução, mas também é marcado pela morte do Herói. No entanto, não há referência alguma à identidade deste herói, tampouco há lideranças angolanas ou africanas falecidas no dia 14 de Abril; o que proporciona ao leitor inúmeras margens de interpretação, inclusive a de que este herói seja algum indivíduo anônimo, que morreu sem honras lutando pela ideia da nação angolana e que, como tantos outros, jamais será lembrado pelo Movimento, que, nos idos de 1982, já havia se corrompido em todas as suas instâncias. A fixação de Aníbal em matar o polvo pode ser relacionada à complexidade do poder, não limitado mais à figura de Salazar ou de Marcello Caetano, mas disseminado em práticas e instituições que sobreviveram à queda do regime. A ideia de uma mudança rápida e total é substituída pela negligência estatal, pela ascensão das elites pós-coloniais e pela corrupção das instituições públicas, sinalizando que a Revolução dos Cravos, embora celebrada como símbolo da liberdade em todo o mundo, teve efeitos ambíguos e tardios nas ex-colônias de Portugal.

Em "O Templo", o panorama pungente do desencanto e da desilusão apresentados no capítulo anterior são intensificados. O capítulo apresenta Luanda enquanto espaço simbólico de ruínas — tanto físicas quanto ideológicas. O inimigo agora é corporificado com as contradições internas de um projeto nacional que se vê capturado por lógicas autoritárias e interesses particulares. É, portanto, mais do que um retrato do pós-independência: é

uma denúncia sobre como as promessas da Revolução esbarraram em permanências profundas, herdadas do passado colonial e justificadas ocidentalmente sob a ideia de "incapacidade administrativa", retomando a ideia de Said (2011) de que o homem branco, europeu e ocidental precisava continuar com a sua responsabilidade civilizatória mesmo após as independências. O período contextualizado do capítulo foi o "tempo presente" da escrita de Pepetela. Naquele ano foram assinados os Acordos de Bicesse que tinham como principal objetivo dar fim à guerra civil entre UNITA e MPLA. A percepção da época era a de que a guerra realmente havia terminado, principalmente devido à implementação de eleições democráticas. No entanto, assim como os Acordos de Alvor, os Acordos de Bicesse também fracassaram e as eleições foram consideradas fraudulentas, o que fez com que a guerra se estendesse por mais dez anos, dessa vez assumindo condições mais catastróficas e cruéis dos que as pontuadas anteriormente.

A Geração da Utopia não se limita a retratar a História através da ficção, mas a problematizá-la, expondo as fissuras e cicatrizes herdadas pelos séculos de colonização portuguesa. A narrativa reflete a indissociabilidade entre os destinos de Portugal e Angola, mesmo depois da independência. A obra se afirma como um documento literário essencial para entender as nuances da formação da identidade angolana e os impactos duradouros da Revolução dos Cravos, que, ao mesmo tempo em que em abriu caminho para a liberdade, também revelou a profundidade das marcas coloniais e os desafios inerentes à construção da nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

CHANAIWA, David. A África Austral. *In*: MAZRUI, Ali; WONDJI, Cristophe (Orgs.). **História geral da África**. VIII. África desde 1935. UNESCO/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/UFSCAR, 2010.

CHAVES, Rita. Pepetela: romance e utopia na História de Angola. **Via Atlântica**, São Paulo, v.2, n.1, p. 216-233, Julho de 1999. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/48795. Acesso em: 15/07/2025.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FARIA, Antônio. **Linha estreita da liberdade: A Casa dos Estudantes do Império.** Lisboa: Colibri, 1997.

FREIXO, Adriano de. A crise do último império: a Guerra Fria e as décadas finais do colonialismo português (1945 – 75). **Diálogos**, v. 22, n.1, p. 126-138, 2018.

MAZRUI, Ali. Procurai primeiramente o reino político. *In*: MAZRUI, Ali; WONDJI, Cristophe (Orgs.). **História geral da África**. VIII. África desde 1935. UNESCO/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/UFSCAR, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

PEPETELA. **A Geração da Utopia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RIBEIRO, Margarida Calafate. U**ma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a ascensão do totalitarismo. **Análise Social**, v. 35, p. 1031-1054, 2001.

ROTHWELL, Phillip. **A Canon of Empty Fathers: Paternity in Portuguese Narrative.** Lewisburg: Bucknell University Press, 2007.

SERRANO, Carlos; MUNANGA, Kabengele. **A revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia.** São Paulo: Atual, 1995.

Recebido para avaliação em 17/07/2025.
Aprovado para publicação em 03/03/2026.

NOTAS

1 Mestra em Processos e Manifestações Culturais (FEVALE, 2022); graduada em História (FEEVALE, 2018); pós-graduanda em Decolonização, racismo e gênero: urgências contemporâneas (EMH); professora de História em Gramado/RS. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1259-7103. Email: jprinstrop@gmail.com